



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 12 de maio de 2023

<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quinta-feira	<b>Salário mínimo</b> R\$ 1.320	<b>Euro</b> Comercial, venda na quinta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
↑ 0,75% São Paulo	106.042 8/5 9/5 10/5 11/5	5/maio 4,944 8/maio 5,011 9/maio 4,987 10/maio 4,950		R\$ 5,390	13,65%	13,65%	Novembro/2022 0,41 Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71

## PNAD

# Desigualdade cai com ajuda de benefícios

Renda melhora e disparidade entre ricos e pobres diminui em 2022, segundo o IBGE. Mas, para analistas, a tendência é incerta

» ROSANA HESSEL

### Copo meio vazio

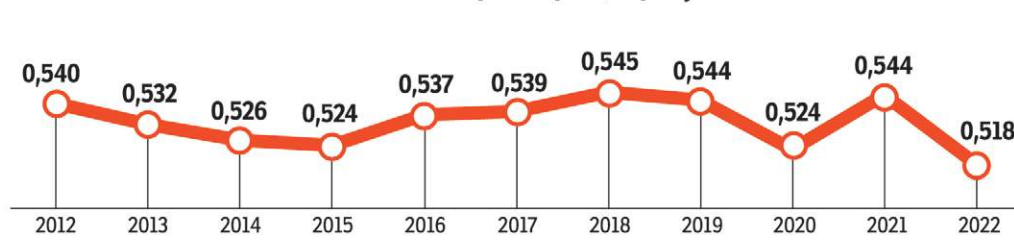
A renda média do brasileiro cresce em 2022 na comparação com 2021, mas atinge o menor patamar da série histórica da Pnad Contínua. Queda da renda ajuda a reduzir desigualdades

#### VEJA ALGUNS DESTAQUES DA PESQUISA DO IBGE

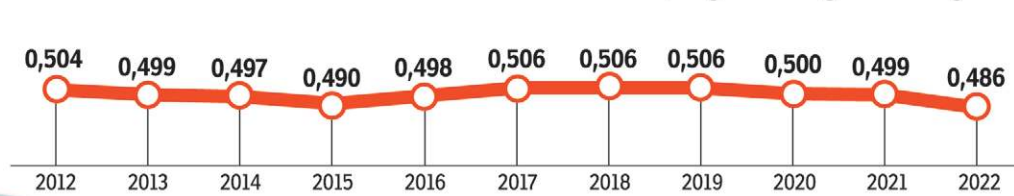
#### Rendimento médio mensal real domiciliar per capita

Região	2021	2022
Brasil	1.484	1.586
Norte	940	1.096
Nordeste	929	1.011
Centro-Oeste	1.678	1.857
Sudeste	1.804	1.891
Sul	1.814	1.927

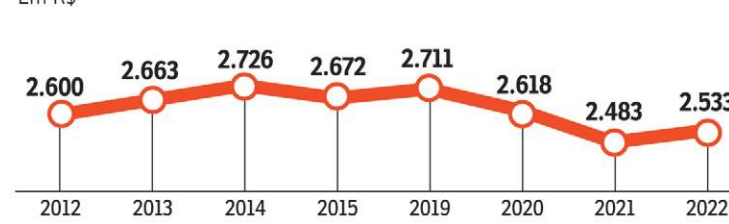
#### Índice Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano



#### Índice Gini do rendimento médio de todos os trabalhos, segundo as grandes regiões



#### Rendimento médio mensal real da população com rendimento, segundo as grandes regiões – Todas as fontes



#### Percentual de domicílios por recebimento de programas sociais do governo

Ano	Bolsa Família/Auxílio Brasil	BPC/LOAS	Outros programas
2012	16,6	2,5	1,4
2019	14,3	3,5	0,7
2020	7,2	3,1	23,7*
2021	8,6	3,1	15,4*
2022	16,9	3,7	1,5

\*auxílio emergencial

Fonte: IBGE/Pnad Contínua: Rendimento de todas as fontes

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua: Rendimento de todas as fontes, divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, em 2022, houve melhora na renda média dos brasileiros e queda da desigualdade tanto no rendimento quanto no mercado de trabalho. Contudo, analistas alertam para a incerteza sobre a sustentabilidade dessa tendência, pois existem restrições orçamentárias para que os atuais benefícios sociais sejam mantidos indefinidamente, sem nenhuma estratégia bem estruturada baseada em melhorias na educação e na produtividade.

A pandemia de covid-19 castigou a economia global e encolheu a renda da população, inclusive no Brasil. A desigualdade entre ricos e pobres brasileiros, que vinha aumentando desde a recessão de 2015 e 2016, ficou mais acentuada com a chegada do novo coronavírus. Os auxílios distribuídos desde então pelo governo, porém, evitaram um quadro ainda mais grave. O número de pessoas dependendo de algum benefício governamental aumentou e os valores pagos também, o que ajudou a reduzir a pobreza e a melhorar os dados da Pnad.

De acordo com a pesquisa do IBGE, o rendimento médio mensal da população, considerando-se todas as fontes, foi de R\$ 2.533, em 2022, valor 2% mais elevado do que o registrado em 2021, que foi o menor patamar da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012, quando o rendimento médio era de R\$ 2.600. Já a renda média mensal domiciliar per capita (medida que divide a renda pelo total da população como se todos tivessem partes iguais) cresceu 6,9%, para R\$ 1.586, após atingir o menor patamar da história, de R\$ 1.484, em 2021.

Foram estimadas 214,2 milhões de pessoas residentes no país no ano passado e, deste total, 62,6% tinham algum tipo de rendimento, ou seja, 134,1 milhões. Entre 2021 e 2022, 7,7 milhões de pessoas retornaram ao mercado de trabalho, e a massa do rendimento mensal real domiciliar cresceu 7,7%, chegando a R\$ 339,6 bilhões.

O percentual de todos os trabalhos no rendimento médio mensal per capita encolheu entre 2021 e 2022, passando de 75,4% para 74,5%, patamar parecido com o de antes da pandemia. Enquanto isso, a fatia dos que dependiam do Bolsa Família, ou de seu breve sucessor, o Auxílio Brasil, chegou a 16,9% em

2022, percentual levemente acima dos 16,6% registrados no início da série.

Analistas reconhecem pontos positivos da pesquisa, mas admitem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá um enorme desafio para conseguir reduzir ainda mais a desigualdade no país, pois

precisará de um aumento extraordinário de receitas, em um momento em que a economia deverá crescer pouco, pois o freio de mão dos juros altos está puxado. Eles lembram que, dependendo da configuração do novo arcabouço fiscal, que precisa ser aprovado pelo Congresso, os atuais valores pagos

pelo novo Bolsa Família, de R\$ 600, mais R\$ 150 para cada criança de até seis anos de idade, dependerão de algum aumento de imposto.

Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), não prevê aumento na desigualdade em 2023, mas faz

alertas para os anos seguintes. Ele destacou que o topo da desigualdade social alcançado entre 2018 e 2019, foi ultrapassado, em parte, pela recuperação do mercado de trabalho, e, em grande medida, pelas transferências de renda, que foram intensificadas na segunda metade de 2022 pelo governo anterior, em pleno ano eleitoral, e que continuam valendo para este ano.

“A escalada da desigualdade foi desfeita após a montanha-russa durante a pandemia, mas não adianta ter dois anos bons, se o governo não conseguir manter esse novo quadro. Há muitos desafios fiscais que não são triviais e que precisarão ser vencidos ainda”, alertou.

Na avaliação do economista Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), há pouco o que comemorar, porque alguns dados da pesquisa deixam “o copo meio vazio”. “Os dados da Pnad são positivos, porque mostram que o mercado de trabalho e a renda dos brasileiros melhorou em 2022, mas a má notícia é que há algumas evidências de que a redução da desigualdade vem sendo forçada por um aumento da participação de pessoas recebendo mais benefícios do governo. Não é que essas transferências sejam ruins. Mas não está havendo uma redução orgânica da desigualdade que foi gerada pela pandemia”, explicou.

Economista e professora do Insper, Juliana Inhasz concorda que a redução da desigualdade não é sustentável, porque um dos principais problemas do país ainda não foi atacado: a baixa produtividade. “Essa melhora é resultado de uma medida intencional do governo, que recompôs a renda dos mais pobres às portas da eleição. Agora, a maior preocupação é como o novo governo vai lidar com essa situação, porque, para garantir os benefícios para a baixa renda, terá que comprometer o novo arcabouço, aumentar imposto ou repensar os gastos”, alertou. No entender da especialista, o governo precisará ter uma boa estratégia para fazer com que o país volte a crescer, mas da forma certa, focando na produtividade.

## Brasília: disparidade elevada

A desigualdade no Distrito Federal diminuiu em 2022, na comparação com 2021, mas a unidade federativa que sedia a capital do Brasil segue registrando uma das maiores distâncias entre ricos e pobres, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O índice Gini, indicador de concentração de renda, do rendimento domiciliar per capita do Distrito Federal, de 0,536, é um dos mais elevados do país e

bem acima da média nacional, de 0,518, nesse tipo de comparação estimado pelo IBGE. Quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade nesse indicador.

Apesar de o índice de 2022 ser o menor da história, o DF está em 4º lugar do ranking brasileiro da desigualdade, atrás apenas de Paraíba (0,558), Roraima (0,547) e Rio de Janeiro (0,540). O estado menos desigual é Santa Catarina, com indicador de 0,419.

Conforme dados da Pnad, o rendimento médio real de todas as fontes da população residente do Distrito Federal registrou

quedas sucessivas durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). As perdas foram de 5,9% entre 2019 e 2020, e de 2,1% entre 2020 e 2021. E, de 2021 a 2022, a perda somou 1,5%, chegando a R\$ 4.474 — o menor rendimento médio da série histórica da Pnad, iniciada em 2012.

O levantamento mostra, ainda, que o número de pessoas residentes no DF com algum tipo de rendimento, no ano passado, somou 1,96 milhão, o equivalente a 62,6% da população — maior percentual da série —, mesma taxa nacional. (RH)

Minervino Junior/CB/D.A Press



Barraco na capital: DF está em 4º lugar no ranking da desigualdade

**Não é que essas transferências sejam ruins. Mas não está havendo uma redução orgânica da desigualdade que foi gerada pela pandemia”**

**Daniel Duque,**  
pesquisador do Ibre/FGV